



RBC&G
REVISTA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE
E GESTÃO

A percepção de gestores bancários em um município da Amazônia Paraense sobre o controle interno na gestão do risco socioambiental

Josué de Lima Carvalho

*Mestrando em Contabilidade pela UFSC.
Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
josuecarvalho911@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8214132585708396>
<https://orcid.org/0000-0003-0946-9078>*

Valdeci Ferreira da Silva Neto

*Especialista em Auditoria Contábil e Controladoria pela Uniasselvi (2022).
Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
valdecif.neto@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/2253127363581404>
<https://orcid.org/0000-0001-6366-9009>*

Ticiane Lima dos Santos

*Doutora em Administração pela UNAMA (2018).
Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
ticiane.ufra@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1579287644263493>
<https://orcid.org/0000-0001-9238-4651>*

Alexandre Gleyson Araújo da Silva

*Mestre em Ciências Contábeis pela UFRJ (2018).
Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.
alexandre12.ufra@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6161618845181444>
<https://orcid.org/0000-0002-5955-621X>*

Disponibilidade: <https://doi.org/10.5965/2764747111212022001>

Data de Submissão: 23 de julho de 2022.

Data de Aprovação: 25 de outubro de 2022.

Edição: v. 11, n. 21, p. 001-020, dez. 2022



revistas.udesc.br/index.php/reavi/index



@rbceg.udescaltovale



rbceg.ceavi@udesc.br

ISSN 2764-7471



A percepção de gestores bancários em um município da Amazônia Paraense sobre o controle interno na gestão do risco socioambiental

Resumo

Objetivo(s): Este estudo objetiva analisar a percepção dos gestores das instituições financeiras no município de Tomé-Açu, no Estado do Pará, sobre a interação existente entre o controle interno e o risco socioambiental como uma variável no processo de análise de concessão de crédito. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram aplicados aos gestores das agências bancárias localizadas no município de Tomé-Açu questionários semiestruturados contendo perguntas fechadas e abertas. Os dados coletados foram tabulados e analisados com a utilização dos *softwares* SPSS, Excel e IRAMUTEQ. **Resultados:** Concluiu-se que o controle interno atua como ferramenta de auxílio aos gestores das instituições quanto ao processo de análise de riscos, com destaque para o risco socioambiental, induzindo a mudanças culturais na organização e na avaliação das políticas de responsabilidade socioambiental. Destaca-se a positiva percepção dos gestores sobre os benefícios de um bom controle interno na gestão de riscos socioambientais atuando como filtro institucional, de modo que os riscos existentes podem ser minimizados e controlados com a utilização consistente dos procedimentos de controle interno. **Contribuições:** Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas com quantitativo maior de respondentes, com possibilidade de estenderem-se aos tomadores de crédito e a todos os colaboradores internos da instituição financeira.

Palavras-chave: Controle Interno. Risco Socioambiental. Instituições Financeiras.

The Perception of Banking Managers from a Municipality in the State of Pará on the Internal Control in the Management of Socio-Environmental Risk

Abstract

Objective(s): This study aims to analyze the perception of managers from financial institutions in the municipality of Tomé-Açu, in the State of Pará, regarding the interaction between internal control and social and environmental risk as a variable in the credit grant analysis process via descriptive research, with qualitative and quantitative approach. **Method:** Semi-structured questionnaires were applied to bank branch managers located in the municipality of Tomé-Açu, with close- and open-ended questions to collect data that were then tabulated and analyzed using the software SPSS, Excel, and IRAMUTEQ. **Results:** We concluded that internal control acts as a tool to help the managers of the institutions with risk analysis process, evidencing the social and environmental risk, influencing cultural changes in the organization and evaluation of the social and environmental responsibility policies. The positive perception of managers on the benefits of adopting good internal control in the management of social and environmental risks, acting as an institutional filter, stands out, so that existing risks can be minimized and controlled with the consistent use of internal control procedures. **Contributions:** We suggest for future surveys to be conducted with a larger number of respondents, with the possibility of extending to borrowers and all internal employees of the financial institution.

Keywords: Internal Control. Social and Environmental Risk. Financial Institutions.



La percepción de los gerentes bancarios de un municipio del Estado de Pará sobre el control interno en la gestión del riesgo socioambiental

Resumen

Objetivo(s): Este estudio tiene como objetivo analizar la percepción de los gestores de instituciones financieras del municipio de Tomé-Açu, en el Estado de Pará, sobre la interacción entre el control interno y el riesgo socioambiental como variable en el proceso de análisis de concesión de crédito. **Método:** Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo y cuantitativo. Se aplicaron cuestionarios semiestructurados que contenían preguntas cerradas y abiertas a gerentes de sucursales bancarias ubicadas en el municipio de Tomé-Açu. Los datos recolectados fueron tabulados y analizados con los programas SPSS, Excel e IRAMUTEQ. **Resultados:** Se concluyó que el control interno actúa como una herramienta para ayudar a los administradores de la institución en el proceso de análisis de riesgos, con énfasis en el riesgo socioambiental, induciendo cambios culturales en la organización y en la evaluación de políticas de responsabilidad socioambiental. Destacamos la percepción positiva de los gestores sobre los beneficios de un buen control interno en la gestión de riesgos socioambientales, actuando como filtro institucional, de modo que los riesgos existentes puedan ser minimizados y controlados con el uso consistente de procedimientos de control interno. **Aportes:** Se sugiere que futuras encuestas se realicen con un mayor número de encuestados, con posibilidad de extenderse a prestatarios y todos los empleados internos de la entidad financiera.

Palabras clave: Control Interno. Riesgo Social y Ambiental. Instituciones Financieras.

Introdução

O presente trabalho busca analisar a percepção dos gestores das instituições financeiras no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, sobre a interação existente entre controle interno e risco socioambiental como variável no processo de análise de concessão de crédito, na relação existente entre instituições financeiras e o controle interno como ferramentas de supervisão das atividades econômico-administrativas e de análise de riscos durante os procedimentos para conceder crédito bancário. A discussão sobre os riscos socioambientais tem sido cada vez mais abordada em congressos, seminários e demais encontros que envolvem a sociedade, o governo e as empresas.

Os resultados poderão ser utilizados como fonte de informações sobre o papel do controle interno no âmbito administrativo das entidades, uma vez que este tem por finalidade contribuir para a análise e o desenvolvimento das atividades promovidas em parceria com demais setores, assim como outros tipos de ferramentas — como auditoria interna e sistema de gestão ambiental —, possibilitando elevar os princípios e valores de sustentabilidade adotados nas instituições financeiras.

Os procedimentos de controle interno auxiliam na análise de atividades financeiras e contribuem para a obtenção de informações relevantes e de qualidade, permitindo que os gestores tomem melhores decisões. Esta pesquisa busca verificar a percepção do controle interno na análise de riscos socioambientais como um suporte para que as instituições financeiras concedam crédito em relação às atividades financeiras e administrativas que interferem na sociedade e no meio ambiente. Nesse contexto, surge a seguinte problemática: qual a percepção dos gestores das instituições financeiras em Tomé-Açu sobre o controle interno na gestão do risco socioambiental para concessão de crédito?



Este trabalho divide-se em cinco sessões principais: a introdução problematiza e justifica a construção proposta, seguida pela fundamentação, baseada em estudos relacionados. A posteriori, a metodologia explica minuciosamente os métodos adotados, os resultados apresentam as principais descobertas e as considerações finais demonstram as reflexões conclusivas.

Referencial teórico

Instituições Financeiras

O modelo bancário implementado no Brasil pelo Império foi o europeu. No primeiro momento, as atividades básicas de um banco comercial, ou simplesmente banco, consistiam nas operações de depósitos e empréstimos (descontos), já que outros serviços praticamente inexistiam. Desde então, os bancos sempre guardaram a característica nobre, em seu compromisso, de resguardar fortunas alheias e demais atividades envolvendo aspectos financeiros (Fortuna, 2017).

Em 1945, através do Decreto Lei nº 7.293, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em substituição a critérios inadequados de fiscalização que tiveram início em 1920 com a Inspeção Geral de Bancos. O objetivo imediato da Sumoc era exercer o controle do mercado monetário. Inúmeros bancos encerraram suas atividades, outros tantos desapareceram, através de fusões e incorporações, saneando e solidificando o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O SFN é composto por instituições públicas e privadas e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). O SFN busca viabilizar a relação entre agentes carentes de recursos para investimentos e outros que são capazes de gerar poupança e, por conseguinte, possuem condições de financiar o crescimento da economia (Assaf Neto, 2017).

Em 25 de abril de 2014, o CMN, por meio da Resolução nº 4.327/2014, determinou diretrizes para o estabelecimento e a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), devendo ser observados pelas instituições financeiras reguladas pelo Bacen os seguintes princípios:

- Art. 1 . . . I - relevância: o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição; e
- II - proporcionalidade: a compatibilidade da PRSA com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros. (Brasil, 2014).

No ano de 1995, foi assinado o Protocolo Verde, que conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é uma carta de princípios para o desenvolvimento sustentável firmada por bancos oficiais – como Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (Basa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Bacen – na qual se propõem a empreender políticas e práticas que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras (Brasil, 2009).

A adoção de critérios voltados à preocupação ambiental nos bancos brasileiros permite um avanço significativo quanto à responsabilidade socioambiental, e pelo fato de esses bancos financiarem atividades econômicas do sistema atual, Rabelo e Lima (2009, p. 8) acreditam que “consequentemente as tornam corresponsáveis pelos impactos que essas atividades podem vir a trazer ao meio ambiente através da exploração insustentável dos recursos naturais”.

Diante disso, em outubro de 2002 surgem os Princípios do Equador, promovidos pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e pelo banco



holandês ABN Amro, através de um encontro de executivos na cidade de Londres para discutir experiências com investimentos em projetos, envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes, nos quais nem sempre há legislação rígida de proteção do ambiente (Brasil, 2009).

Os princípios são uma série de orientações que norteiam as medidas de responsabilidade socioambiental que devem ser tomadas pelas instituições financeiras e tomadores de crédito. Esses últimos também devem adotar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), fomentando melhorias na relação entre sociedade e meio ambiente.

Controle Interno

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) apresentou uma definição para o tema:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger o seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. (Attie, 2011, p. 188)

A AICPA, em 1958, buscou subdividir o controle interno em controles administrativos e controles contábeis; enquanto os primeiros buscam garantir que as ações atinjam seus objetivos com o menor custo e da melhor forma, os controles contábeis visam dar certeza aos números registrados e divulgados nas demonstrações contábeis (Castro, 2015).

A definição de controle interno em uma organização pode ser caracterizada, conforme Almeida (2017, p. 53), como “o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Attie (2011, p. 188) observa que em “países cuja educação é voltada a ambientes capitalistas e de investimentos efetivos o sentido de controle encontra-se mais aflorado e vivo”, de modo que esse assunto evidencia o ambiente relacionado a contabilidade e finanças.

Gestão de Riscos das Instituições Financeiras

A análise dos riscos de concessão de crédito possibilita o monitoramento das atividades econômicas e seus efeitos na sociedade. Para Rabelo e Lima (2009, p. 8), “o uso do crédito como ferramenta para viabilizar a sustentabilidade dos recursos é uma dessas adequações necessárias e mínimas para se conviver com os riscos ambientais”.

Para Lima (2016, p. 3) a análise de riscos “é o processo através do qual as várias exposições, nos mais diferentes tipos de riscos, são diagnosticadas, calculadas e analisadas, gerando controles para decisões financeiras nas condições de riscos expostas”, e esse processo têm passado por avanços tanto tecnológicos como na teoria das finanças, buscando-se melhorias nas técnicas de análise de riscos.

Em 23 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução nº 4.557/2017, o CMN determinou diretrizes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital que devem ser implementadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (Brasil, 2017). Conforme o art. 2º, § 1º, da resolução, as estruturas de gerenciamento de que trata o caput devem ser:

I - compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;



- II - proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição;
- III - adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e
- IV - capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua (Brasil, 2017).

Uma eficiente gestão de risco é essencial para a competitividade dos bancos e o estabelecimento de suas estratégias de atuação, cumprindo também os objetivos, missão e valores da empresa (Assaf Neto, 2017), a gestão de risco é importante para: identificar a exposição da empresa ao risco e seus aspectos mais frágeis; minimizar perdas financeiras; e imunizar o capital da empresa. Alguns riscos são verificados constantemente pelas instituições financeiras (Assaf Neto, 2017; Lima, 2016; Rogante, 2009), como: risco de variação das taxas de juros; risco de crédito; risco de mercado; risco operacional; risco de câmbio; risco soberano; risco de liquidez; risco legal; risco de *compliance*; e risco socioambiental.

De acordo com a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), os riscos socioambientais podem ser definidos conforme a possibilidade de perdas para as instituições financeiras em decorrência de danos socioambientais, que são classificados como: poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade (Associação Brasileira de Bancos, 2019).

Dzioubanov (2015) apresenta uma reflexão sobre responsabilidade social e gestão ambiental das organizações, constatando que a questão socioambiental é preocupação presente e concluindo que a concessão de crédito é dependente do risco socioambiental.

Nogueira, Conceição e Imbroisi (2015) estudam a importância do financiador em influenciar o comportamento ambiental do financiado, os autores concluem em seus resultados que há evidências da lenta, mas crescente incorporação do comportamento ambiental do tomador de empréstimo bancário na análise do agente financiador.

Sendo assim, percebe-se que uma série de fatores influencia a análise de riscos pelas instituições financeiras, em específico a análise do risco socioambiental, que tem passado por aperfeiçoamento em suas regulamentações no setor bancário. Desse modo, Castro (2015) evidencia a importância da adoção de um controle interno pelas instituições financeiras que tenha necessariamente foco preventivo.

Metodologia

A metodologia de um trabalho define, em resumo, como será realizada a pesquisa, evidenciando as peças fundamentais para a construção de um conhecimento que consiga responder à problemática da pesquisa. Portanto, é essencial discutir objetivos, abordagem, procedimentos e quais métodos utilizar, como se descreve a seguir.

Esta pesquisa foi desenvolvida objetivando descrever os resultados obtidos, conforme Silva e Menezes (2000, p. 21): “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Busca-se, com isso, elencar características e contribuições que surgem dos procedimentos de controle interno em relação ao gerenciamento de riscos – em evidência, o risco socioambiental –, fixando como objeto de estudo a percepção dos gestores das instituições financeiras localizadas no município de Tomé-Açu.

A pesquisa foi consolidada entre os meses de abril e outubro de 2019, sendo essencial a aplicação de questionários semiestruturados com uso da Escala Likert em um estudo descritivo do tipo *survey* e questionário autorrespondido, com perguntas abertas e fechadas. Os questionamentos foram orientados conforme os referenciais teóricos previamente levantados e embasados em pesquisas voltadas à mesma temática, envolvendo a discussão sobre riscos socioambientais, pois é por intermédio dessas informações que se pretende alcançar os



resultados previstos. Como descreve Andrade (2010, p. 137): “A coleta de dados constitui uma etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita”.

A coleta se deu em seis instituições bancárias operantes no município de Tomé-Açu (PA), especificamente junto aos gerentes de agência, não sendo assim contemplados gerentes de negócios ou administrativos/financeiros. A primeira resposta foi devolvida no dia 5 de maio de 2019, e a última no dia 14 de outubro de 2019.

O total de respondentes da pesquisa foi de seis gerentes de agência, um para cada instituição entrevistada, sendo contatados de forma presencial por meio de um formulário de apresentação que explicava os objetivos da pesquisa.

Para que os dados coletados em campo fossem analisados com a maior precisão possível, de acordo com as respostas fornecidas por cada participante, de modo que permitissem a comparação das informações, eles foram tabulados com a utilização dos *softwares* Microsoft Excel e Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Buscou-se realizar a análise descritiva das frequências relativas percentuais, demonstradas graficamente, verificando e validando as assertivas do questionário aplicado.

Quanto à abordagem qualitativa, optou-se pela utilização do IRAMUTEQ, *software* gratuito e de código aberto, desenvolvido por Pierre Ratinaud e Pascal Marchand, que permite analisar no *corpus* textual a nuvem de palavras, que é uma representação gráfica dos segmentos de texto que são citados com frequência pelos respondentes e que se interligam (Silva, 2018).

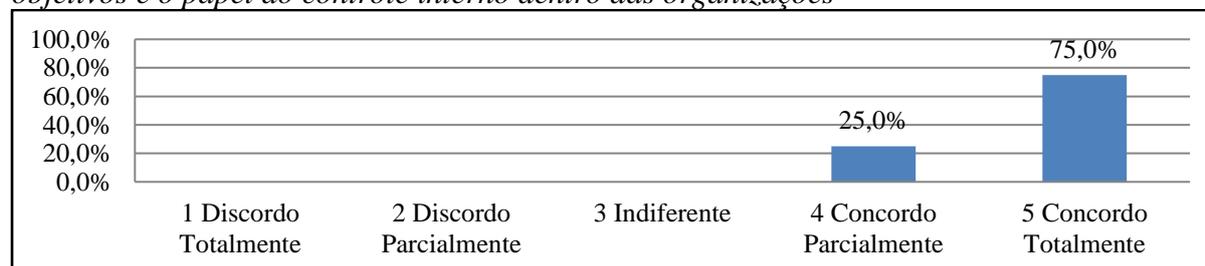
Discussão dos resultados

Estatística Descritiva das Assertivas Propostas

As Figuras de 1 a 14 demonstram estatisticamente o nível de concordância dos gestores quanto a cada assertiva proposta, apresentando informações referentes à percepção dos gestores em relação às finalidades do controle interno na instituição, tal como a percepção sobre o risco socioambiental e as políticas de responsabilidade socioambiental, buscando atender aos objetivos desta pesquisa.

Figura 1

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.1 – Detém de conhecimento sobre os objetivos e o papel do controle interno dentro das organizações



Nota. Elaborado pelos autores.

Os dados da Figura 1 demonstram que todos os respondentes têm entendimento sobre a importância do controle interno como forma de adesão às políticas internas de suas instituições financeiras através de rotinas operacionais, processos administrativos ou controles contábeis.

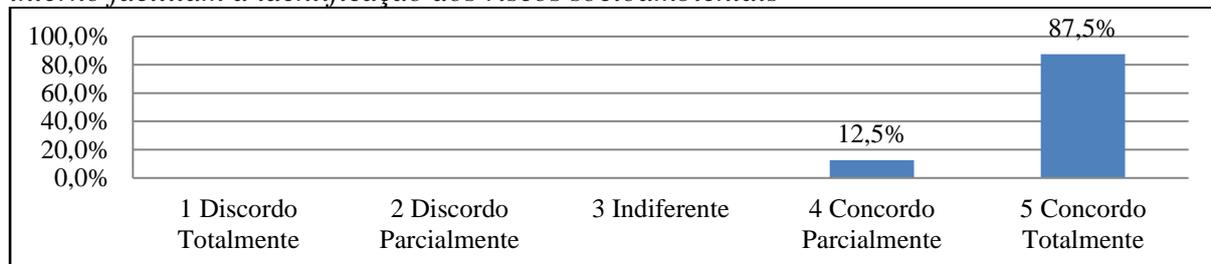
Oliveira e Soares (2018, p. 12) demonstraram que os entrevistados em sua pesquisa “foram unânimes em informar que os princípios de controle interno foram observados na



implantação do controle interno na instituição financeira”, além de destacarem o investimento em procedimentos que atendam a normas nacionais e internacionais, auxiliando na avaliação e gerenciamento de riscos.

Figura 2

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1. II – Os procedimentos de controle interno facilitam a identificação dos riscos socioambientais

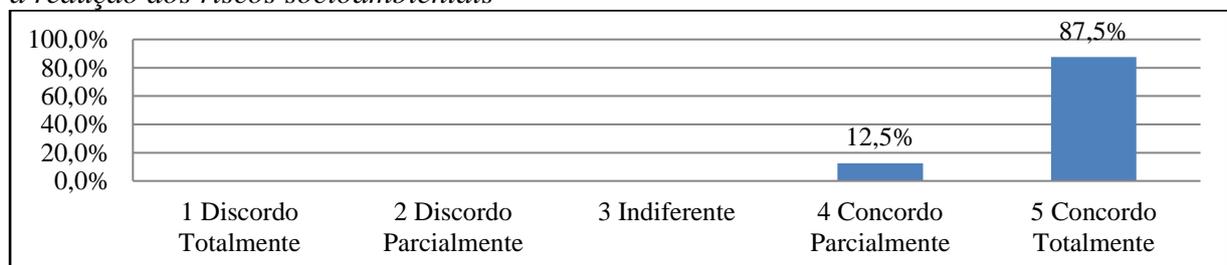


Nota. Elaborado pelos autores.

Os dados demonstram que 87,5% dos entrevistados concordam totalmente que o controle interno facilita a identificação dos riscos socioambientais. Sobre os procedimentos de controle interno, Oliveira e Soares (2018, p. 13) constataram que “são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos da Organização, cujos testes de aderência são aplicados com a periodicidade requerida”.

Figura 3

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.III – O controle interno contribuiu para a redução dos riscos socioambientais



Nota. Elaborado pelos autores.

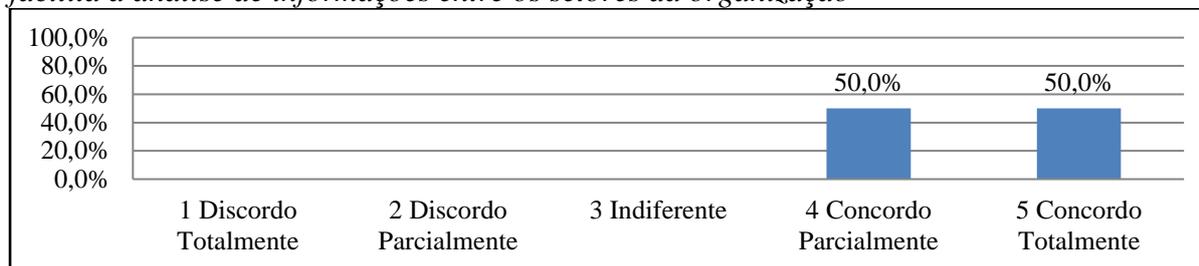
Tem-se que 87,5% dos respondentes concordam totalmente que o controle interno contribuiu para a redução dos riscos socioambientais, porém 12,5% chamam atenção ao concordar parcialmente com tal afirmativa.

A pesquisa de Oliveira e Soares (2018, p. 19) identificou que “Os principais riscos apresentados estão amparados por procedimentos de controles que os reduzem a níveis aceitáveis”, sendo assim, pode-se inferir conforme percepção dos gestores que o controle interno contribui significativamente no gerenciamento de riscos, principalmente em relação aos riscos socioambientais, possibilitando às instituições bancárias alcançar seus objetivos e metas traçados na estratégia da organização.



Figura 4

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.IV – O sistema de controle interno facilita a análise de informações entre os setores da organização

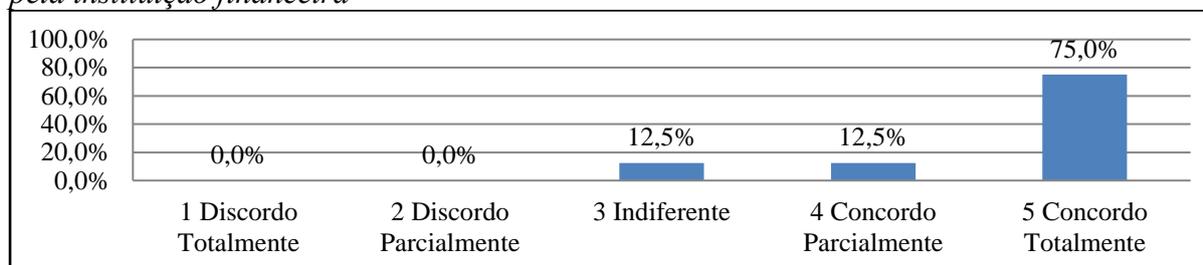


Nota. Elaborado pelos autores.

Conforme mostra a Figura 4, 50% dos entrevistados concordam totalmente, enquanto 50% concordam parcialmente que o sistema de controle interno facilita a análise de informações entre os setores da organização, ou seja, entende-se como um cenário positivo para as organizações utilizarem o sistema de controle interno, possibilitando a troca de informações entre os setores e que as decisões sejam tomadas com agilidade. Após realizar sua pesquisa, Silva (2017, p. 114) evidencia que “para se ter conformidade é necessária uma perfeita sintonia, entre os controles internos, visando uma *compliance* nos processos aliados a um perfeito monitoramento interno pela auditoria interna no intuito a mitigar os riscos”.

Figura 5

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.V – A adoção dos procedimentos de controle interno provocou investimentos em políticas de responsabilidade socioambiental pela instituição financeira



Nota. Elaborado pelos autores.

Obeve-se que 75% dos respondentes concordam totalmente, enquanto 12,5% concordam parcialmente, que a adoção dos procedimentos de controle interno provocou investimentos em políticas de responsabilidade socioambiental pela instituição financeira, demonstrando que a adoção de tais procedimentos tem estimulado as instituições financeiras a investirem em suas políticas de responsabilidade socioambiental, pois o controle interno tem contribuído para a gestão de riscos e verificação das políticas adotadas.

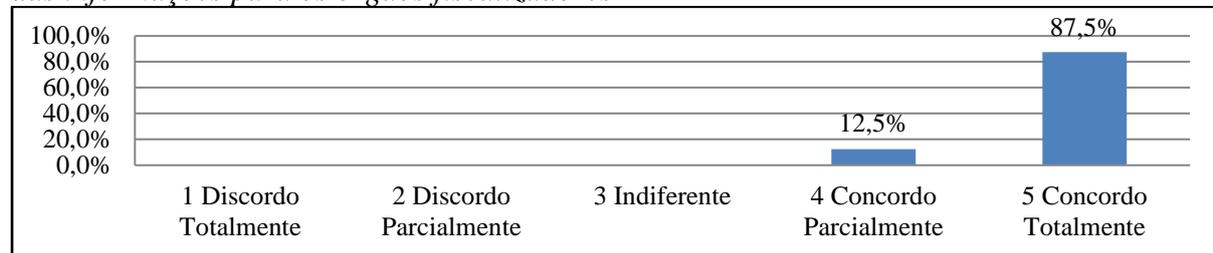
Por outro lado, 12,5% declararam-se indiferentes quanto a essa afirmativa, o que permite inferir que a adoção de procedimentos de controle interno pode ou não influenciar as instituições financeiras a investirem em PRSA.

Carlos e Morais (2017, p. 9) constataram que, nas entidades do setor bancário, quanto ao “aspecto ambiental verificam-se ações efetivas de controle quanto ao uso de recursos renováveis, os aspectos de poluição, energias, água, consumo de papel, além da emissão de resíduos e a preocupação com as mudanças climáticas”.



Figura 6

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.VI – a governança corporativa, gestão de riscos e compliance no sistema de controle interno permitem segurança na transmissão das informações para os órgãos fiscalizadores



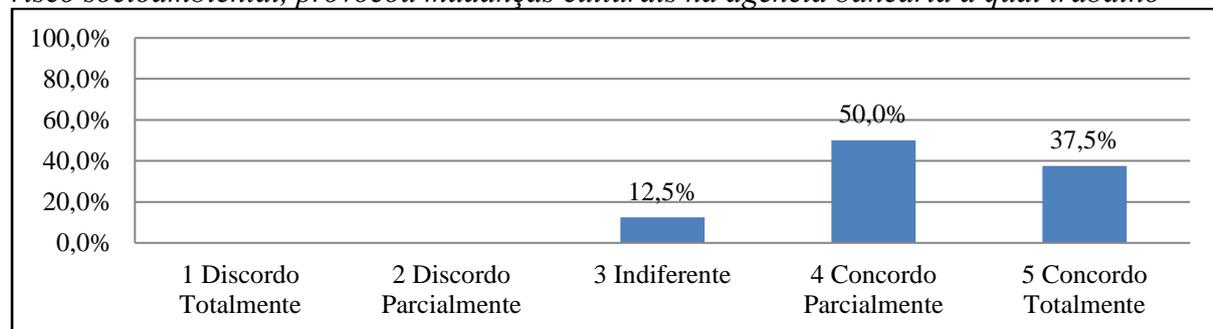
Nota. Elaborado pelos autores.

Entre os respondentes, 87,5% concordam totalmente, enquanto 12,5% concordam parcialmente que a governança corporativa, gestão de riscos e *compliance* no sistema de controle interno asseguram que a transmissão de informações para os órgãos fiscalizadores ocorra de maneira eficiente.

Oliveira e Soares (2018) identificaram que, ao ocorrer melhorias no controle interno, além de interação da governança corporativa e atuação do comitê de riscos, em relação à adoção de regras e procedimentos para estrutura de riscos, proporciona-se qualidade à gestão dos eventos, possibilitando à instituição criar mecanismos para mitigar os riscos.

Figura 7

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.VII – O controle interno, em alusão ao risco socioambiental, provocou mudanças culturais na agência bancária a qual trabalho



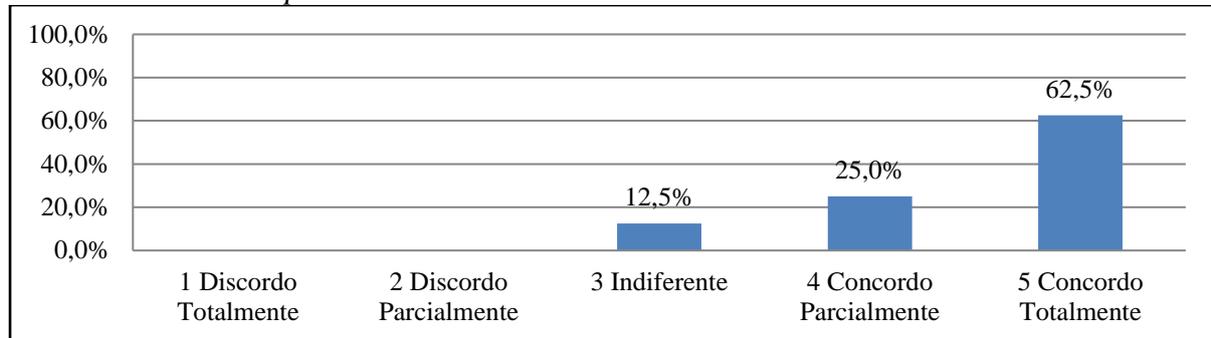
Nota. Elaborado pelos autores.

Questionados sobre a capacidade do controle interno de mudar a cultura organizacional da instituição em que trabalham quanto ao risco socioambiental, 37,5% dos entrevistados concordam totalmente e 50% concordam parcialmente, enquanto 12,5% declaram-se indiferentes.

Silveira (2018, p. 52) identificou que “todos os macros temas presentes no relatório de sustentabilidade da instituição também estão presentes no cotidiano e nos valores dos colaboradores quando pensam sobre sustentabilidade”, e com base nestes dados infere-se que as práticas sustentáveis adotadas nos procedimentos de controle interno influenciam a cultura organizacional, direta ou indiretamente.

**Figura 8**

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.VIII – A utilização de sistema de controle interno influencia melhorias na qualidade das informações geradas nos indicadores e relatórios de desempenho



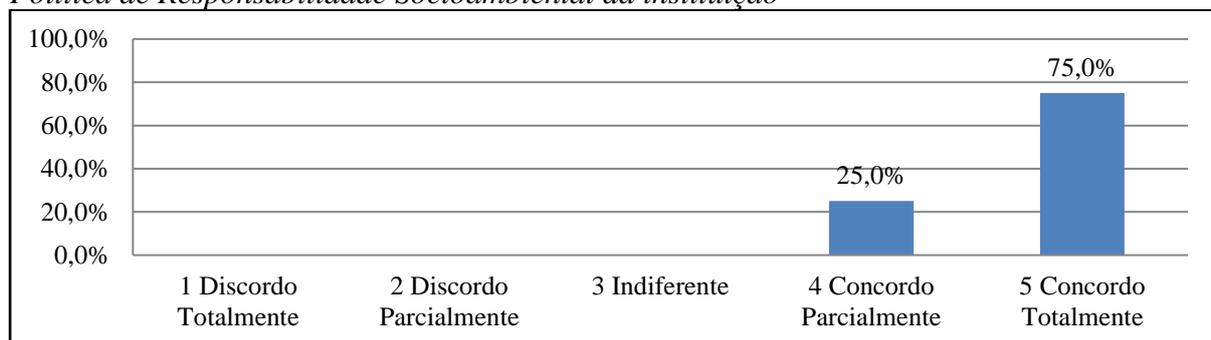
Nota. Elaborado pelos autores.

Em relação à percepção dos gestores sobre a adoção do controle interno influenciar positivamente na qualidade das informações disponibilizadas nos indicadores e relatórios de desempenho, 62,5% concordam totalmente, 25% concordam parcialmente e 12,5% declaram-se indiferentes.

Em sua pesquisa sobre a responsabilidade socioambiental exposta em relatórios de sustentabilidade, Franklin (2014, p. 55) afirma que tais relatórios são a “Principal ferramenta de disseminação das ações de responsabilidade socioambiental da instituição”, que permite o acesso de usuários internos e externos sobre o desempenho econômico, social e ambiental gerado através da instituição e ao se adotar um bom sistema de controle interno. O gerenciamento das informações de desempenho se torna cada vez mais eficiente, melhorando a qualidade das informações geradas nos relatórios e indicadores de desempenho e auxiliando na tomada de decisão em tempo hábil por seus usuários.

Figura 9

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.IX – Detém conhecimento sobre a Política de Responsabilidade Socioambiental da instituição



Nota. Elaborado pelos autores.

Todos os gestores afirmaram ter conhecimento, mesmo que parcialmente, sobre a política interna de responsabilidade socioambiental da instituição. Os resultados podem, no entanto, se limitar levando em consideração a importância desse conhecimento para o desenvolvimento das atividades de um gerente de agência.

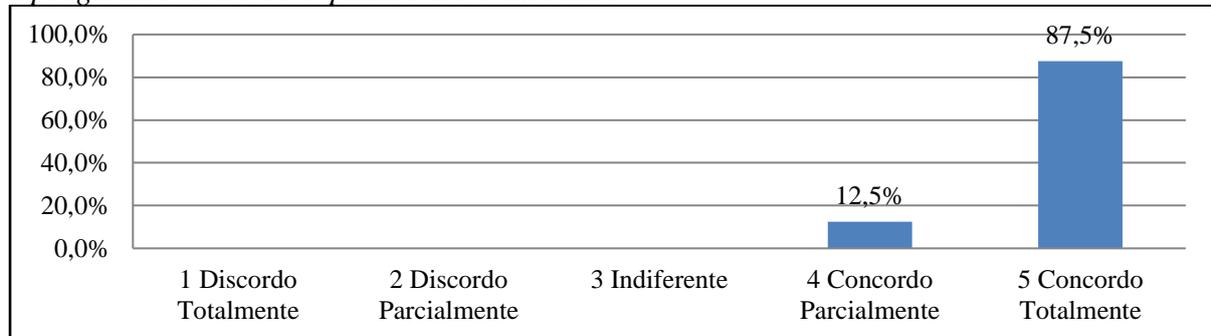
No estudo de Siemionko (2010, p. 40), ao questionar os entrevistados se conheciam a política de sustentabilidade do banco, “somente 62% afirmam conhecer, 36,5% afirmaram não



conhecer e 1,6% são indiferentes à questão”. Devido aos diversos ramos de atividade estar relacionados direta ou indiretamente a algum tipo de risco socioambiental, torna-se essencial que os colaboradores detenham conhecimento sobre a PRSA adotada pela instituição.

Figura 10

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.X – É importante que o banco crie ações e programas voltados à questão socioambiental



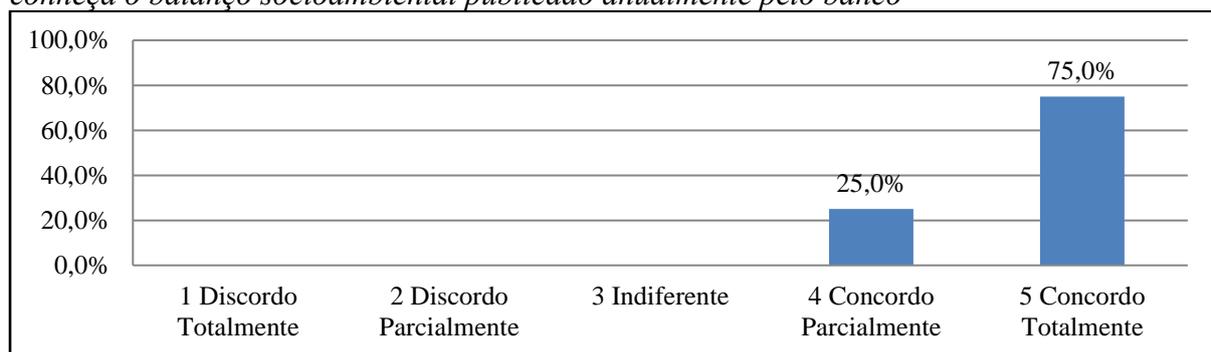
Nota. Elaborado pelos autores.

Todos os gestores entrevistados concordam que é importante adotar medidas e programas vinculados à questão socioambiental. Ao adotar tais medidas, as instituições potencializam a discussão sobre a temática socioambiental nas organizações, independentemente do seu porte ou o ramo de atuação.

Na pesquisa de Siemionko (2010, p. 40), em relação à criação de ações e programas “voltadas à questão socioambiental, 98% dos respondentes declaram considerar importante”. Sendo assim, pode-se inferir que, independentemente da instituição financeira, os gestores destacam a importância da criação de ações voltadas à responsabilidade socioambiental.

Figura 11

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.XI – É relevante que o público interno conheça o balanço socioambiental publicado anualmente pelo banco



Nota. Elaborado pelos autores.

Dos gestores respondentes, 75% concordam totalmente, enquanto 25% concordam parcialmente. Desse modo, pode-se afirmar que os gestores concordam com a afirmativa, pois quando a equipe acompanha as ações desenvolvidas pela organização, facilita a compreensão das funções desempenhadas referente à análise do risco socioambiental.

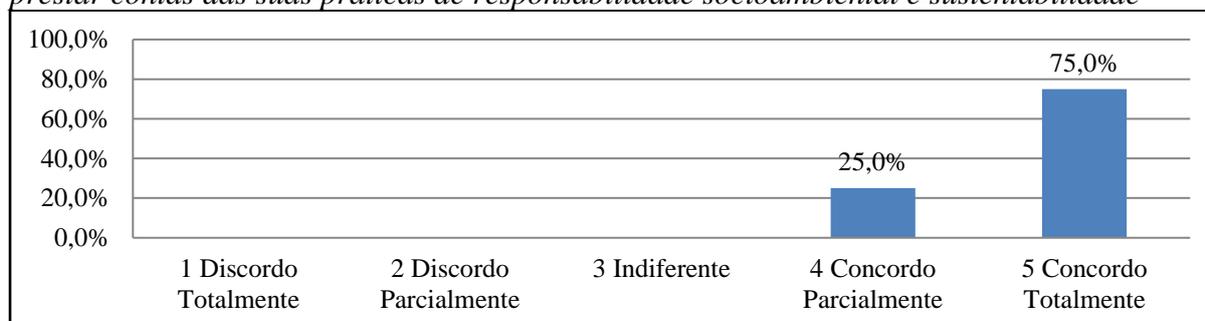
Franklin (2014, p. 55) ressalta que o Relatório de Sustentabilidade em relação às instituições financeiras “aproxima-a do seu público de relacionamento, fazendo com que,



internamente, muitos funcionários passem a conhecer uma diversidade de informações que não teriam acesso se não tivessem a oportunidade de explorar o documento”.

Figura 12

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.XII – Para que ocorra a liberação de crédito para financiamentos (projetos de investimento), você concorda que o cliente deve prestar contas das suas práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade



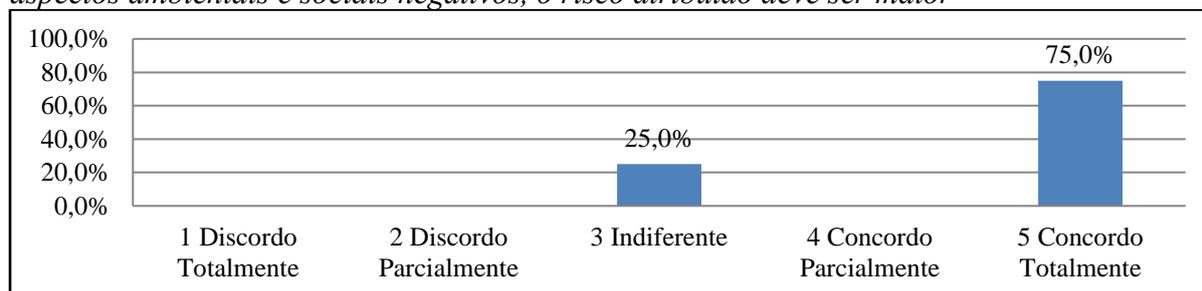
Nota. Elaborado pelos autores.

Diante da assertiva que questiona se os clientes devem prestar contas de suas práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade para que ocorra a análise e liberação de crédito para financiamentos, dos respondentes, 75% concordam totalmente e 25% concordam parcialmente.

Em sua pesquisa, Siemionko (2010, p. 47) identificou que 87,5% dos respondentes “afirmam que é importante e necessária a prestação de contas das práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade pelos tomadores de crédito”. Os dados demonstram a importância de o cliente prestar contas de suas ações para a instituição financeira no momento da solicitação de crédito, facilitando a análise dos riscos.

Figura 13

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.XIII – Se o banco passasse a analisar os critérios socioambientais para análise de crédito para empréstimos e o cliente apresentasse aspectos ambientais e sociais negativos, o risco atribuído deve ser maior



Nota. Elaborado pelos autores.

Como resultado, 75% dos respondentes concordam totalmente, enquanto 25% são indiferentes quanto ao Banco atribuir risco maior, utilizando mecanismos de categorização do ramo de atividade, no caso de o cliente apresentar aspectos socioambientais negativos.

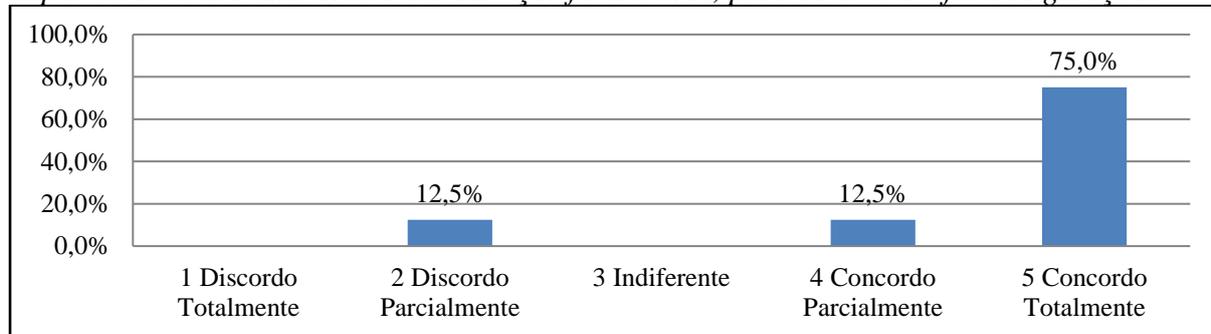
Na pesquisa de Silveira (2018), os respondentes afirmam que, ao aplicarem questionário aos tomadores de crédito e identificar que a empresa detém atividades de risco —



como empresas que utilizam fornecimento de matéria-prima originada da extração madeireira —, alertam quanto a esse tipo de atividade.

Figura 14

Resultado da aplicação do questionário, assertiva 1.XIV – Ao emprestar dinheiro, o banco também é solidário pela maneira como ele é usado, assumindo a responsabilidade pelos impactos sociais e ambientais dos serviços financeiros, para as atuais e futuras gerações



Nota. Elaborado pelos autores.

Tem-se que 75% concordam totalmente e 12,5% concordam parcialmente que, ao emprestar dinheiro, o banco também é solidário pela maneira como ele é usado, ou seja, assume responsabilidade pelos impactos socioambientais dos serviços financeiros para as atuais e futuras gerações. Dessa forma, o banco torna-se solidário às ações dos tomadores de crédito devido ao fato de ter agido como um intermediário de transações financeiras ao conceder crédito. Na pesquisa de Siemionko (2010, p. 50), 80% dos gestores responderam que “percebem uma preocupação da instituição ao ser responsável pela forma que o dinheiro por ela emprestado é usado”.

Apresentação e Análise dos Resultados da Pesquisa Qualitativa

Ao utilizar o *software* IRAMUTEQ para analisar as respostas subjetivas coletadas com os respondentes na aplicação da questão 2.I – Comente sobre a relação existente entre o controle interno e os riscos socioambientais, destacando a frequência graficamente em que são citadas as principais palavras a partir de uma nuvem de palavras (Figura 15).

Figura 15

Nuvem de palavras da percepção dos gestores sobre a relação entre controle interno e os riscos socioambientais



análise
estar
interno
controle
socioambientais
risco

Nota. Elaborado pelos autores.

Na nuvem de palavras, os termos enfatizados pelos respondentes são representados graficamente de acordo com a frequência em que são citados. Como demonstra a Figura 15, as principais palavras destacadas no *corpus* textual são “controle”, “interno”, “risco”, “socioambientais”, “estar” e “análise”.

Ao se observar esses dados, pode-se inferir que as funções desempenhadas pelo controle interno e a análise do risco socioambiental têm relações diretas e indiretas no processo de concessão de crédito nas instituições financeiras, como confirma o respondente GR01: “Estão diretamente ligados. O controle interno é básico na mitigação dos riscos socioambientais”.

Tabela 1

Amostra de respostas dos respondentes referente à questão 2.I

2.I – Comente sobre a relação existente entre o controle interno e os riscos socioambientais	
Respondente	Resposta apresentada
GR01	Estão diretamente ligados. O controle interno é básico na mitigação dos riscos socioambientais.
GR04	O controle interno funciona como um filtro institucional, na qual se pode identificar se as políticas socioambientais estão em conformidade com as análises dos riscos identificados
GR05	Acredito que existe relação direta dos controles internos com os riscos socioambientais nas etapas pós-concessão de crédito, pois o primeiro contato com o cliente (comprometido ou não com as questões socioambientais) ocorre no momento do atendimento ao cliente.
GR08	O banco está cada vez mais preocupado com o ambiente, realizando propagandas mensalmente sobre o assunto

Nota. Elaborado pelos autores.

Para o respondente GR05, “há relação direta dos controles internos com os riscos socioambientais nas fases pós-concessão de crédito, pois o primeiro contato com o cliente (comprometido ou não com os temas socioambientais) ocorre no momento do atendimento ao cliente”. Silveira (2018, p. 59) verificou em seu estudo que “Todos referiram que ao se depararem com o risco e se o mesmo for passível de regularização, é conduzida a solicitação dessa análise para a área responsável que se situa em um setor do Banco situado no Centro Administrativo”.

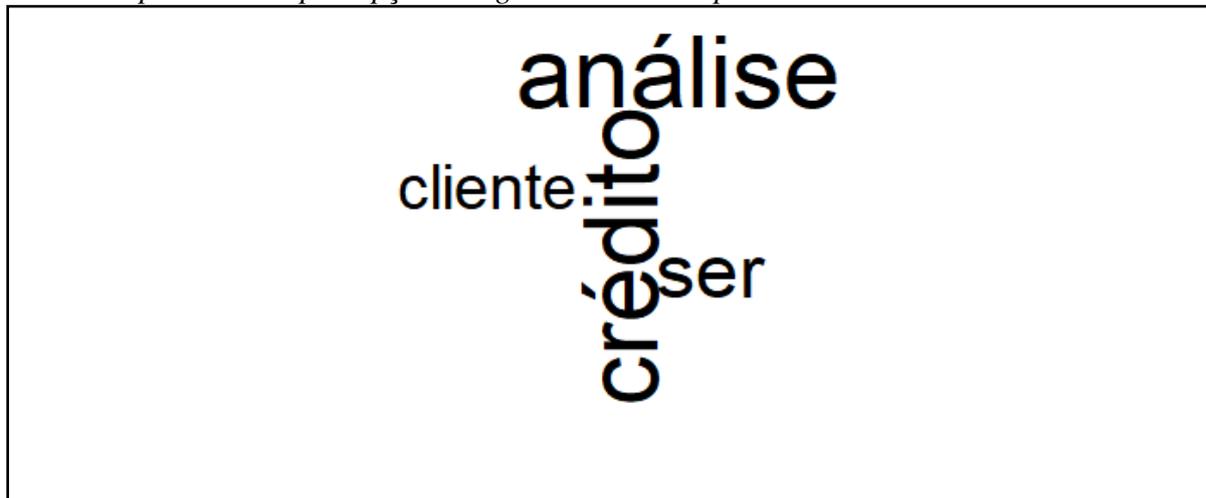
Compreendendo assim a percepção dos gestores quanto aos riscos socioambientais e o controle interno, o controle interno desempenha funções diretamente ligadas ao risco após o processo de atendimento, devendo ser realizadas medidas de fiscalização e acompanhamento das atividades do cliente como parte do processo de concessão de crédito.

Após levantamento e tabulação das respostas referentes à questão 2.II – Comente de que maneira ocorre o processo de concessão de crédito nesta instituição, foi elaborada a nuvem de palavras (Figura 16).



Figura 16

Nuvem de palavras da percepção dos gestores sobre o processo de concessão de crédito



Nota. Elaborado pelos autores.

Pode-se observar na Figura 16 que as palavras enfatizadas pelos respondentes foram “análise”, “crédito”, “ser” e “cliente”. Evidencia-se que os gestores percebem a importância de realização de análise de crédito do cliente para verificação dos riscos relacionados.

Tabela 2

Amostra de respostas dos respondentes referente à questão 2.II

2.II – Comente de que maneira ocorre o processo de concessão de crédito nesta instituição	
Respondente	Resposta apresentada
GR01	São efetuadas análises de pontos fundamentais: limite de crédito do cliente; capacidade de pagamento; risco socioambiental.
GR04	O processo se dá ao receber uma proposta, na qual se avalia o objeto de crédito e seu destino, caso seja para fins que envolvam o meio ambiente, é necessário passar os projetos por técnicos agrônomos mensurando os recursos fundamentais necessários e o impacto que será gerado ao ambiente explorado
GR05	Em sua maioria através da análise de crédito do cliente, potencial de endividamento. Já na concessão do microcrédito são analisados também as questões sociais, fiscais e ambientais para a liberação do crédito ao cliente.
GR06	Risco, capacidade de pagamento, garantia oferecida, cadastro atualizado, restritivos e por fim aprovação do crédito.

Nota. Elaborado pelos autores.

No momento da identificação dos riscos que envolvem o cliente e a instituição financeira, o respondente GR04 relata que, ao identificar um risco socioambiental, “é necessário os projetos por técnicos agrônomos mensurando os recursos fundamentais necessários e o impacto que será gerado ao ambiente explorado”, ou seja, destaca a importância de um profissional qualificado para verificar a possibilidade de ocorrência dos riscos, pois desse modo é possível verificar quais medidas podem ser tomadas para mitigar o risco em evidência.

A pesquisa de Siemionko (2010, pp. 44-45) demonstrou que “41,2% dos respondentes não conseguem perceber a consideração das dimensões ambientais no processo de análise de crédito”, criando um alerta em comparação aos riscos econômicos e financeiros. No entanto,



os dados atuais demonstram que houve avanço quanto à percepção dos bancários sobre a importância da dimensão socioambiental na análise de crédito.

O respondente GR05 complementa que “na concessão do microcrédito são analisados também as questões sociais, fiscais e ambientais para a liberação do crédito ao cliente”, ou seja, para que seja aprovado o crédito ao cliente, primeiramente deve ser analisada uma série de fatores, de forma a caracterizar o cliente que está em busca de recursos financeiros, fator de segurança que auxilia a instituição financeira a tomar as melhores decisões.

Depois de realizar um levantamento e tabular as respostas relacionadas à questão 2.III – Cite quais são os ramos de atividade empresarial analisados com frequência pela instituição, foi elaborada a nuvem de palavras da Figura 17.

Figura 17

Nuvem de palavras sobre quais os ramos de atividades analisados pela instituição



Nota. Elaborado pelos autores.

Conforme demonstra a Figura 17, em relação aos ramos de atividade empresarial que são analisados com frequência pela instituição, conforme a percepção dos gestores, destacaram-se “comércio” e “serviço”.

Tabela 3

1 Amostra de respostas dos respondentes referente à questão 2.III

2.III – Cite os ramos de atividade empresarial analisados com frequência pela instituição	
Respondente	Resposta apresentada
GR01	Florestal, Provedor de Internet, Comércio Varejista e Associação sem fins comerciais.
GR03	Crédito no âmbito de agricultura familiar, pessoa física rural e pessoa jurídica.
GR04	São analisados os que envolvam o meio ambiente, comerciais, agroindustrial, prestadores de serviços.
GR05	Comerciantes diversos: gêneros alimentícios, roupas, móveis; postos de gasolina; empresas especializadas em produção agrícola: dendê, pimenta do reino, frutas regionais.

Nota. Elaborado pelos autores.

Além de comércio e prestação de serviços, o respondente GR01 destaca o ramo “florestal” e o respondente GR03 destaca o crédito no setor agrícola, tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica. Em determinada instituição financeira, Silveira (2018, p. 58) identificou que são aplicados questionários “de acordo à classificação do segmento:



agronegócio, construção, indústria de transformação, transporte. Para as empresas não enquadradas nos segmentos citados, aplicam-se os modelos simplificado ou genérico”.

Devido ao fato de os riscos de crédito relacionados ao risco socioambiental serem constantes em setores que envolvem atividade rural, Silveira (2018, p. 54) afirmou que “o financiamento em áreas embargadas e de preservação ambiental se torna um grande risco”. Percebe-se que há uma preocupação em verificar os riscos que estão atrelados ao processo de concessão de crédito, que envolve tanto as instituições como os tomadores de crédito, independentemente do local em que a instituição esteja inserida, por se tratar de uma responsabilidade que envolve diversos fatores de risco.

Considerações finais

Este estudo limitou-se a analisar a percepção dos gestores das instituições financeiras no município de Tomé-Açu, no estado do Pará, sobre a interação entre o controle interno e o risco socioambiental como variável no processo de análise de concessão de crédito, por meio da aplicação de questionários via pesquisa de campo. A utilização de *softwares* de tabulação e de análise de dados, como Microsoft Excel e SPSS, auxiliou na expressão gráfica dos dados quantitativos sobre a concordância dos gestores quanto às assertivas do questionário aplicado, possibilitando inferir sobre a percepção dos gestores e correlacionar os resultados com estudos anteriores.

Foi possível observar que a responsabilidade socioambiental está atrelada a todos os setores, independentemente do porte ou ramo de atuação da empresa, envolvendo seus agentes internos e externos. Verificou-se que os gestores percebem que há uma relação estreita entre o controle interno e a variável de risco socioambiental nas instituições financeiras de Tomé-Açu.

Os gestores apresentam a percepção de que tem sido importante adotar procedimentos de controle interno para auxiliar na gestão de riscos socioambientais na instituição, principalmente em atividades que ocorrem após o atendimento ao cliente. Demonstrou-se por meio do *software* IRAMUTEQ que as principais atividades empresariais que buscam a instituição financeira para a obtenção de crédito estão relacionadas ao comércio e prestação de serviço. Os respondentes também destacam outras atividades, como: postos de gasolina, empresas especializadas em produção agrícola de dendê, pimenta do reino e frutas regionais.

Os gestores desempenham papel fundamental quanto às diretrizes de controle interno e de risco socioambiental nas instituições financeiras, e as respostas obtidas pelo estudo demonstram que os respondentes concordam em relação à importância da sua atuação no acompanhamento de políticas socioambientais.

Este estudo contribui para a sociedade acadêmica e aos setores organizacionais ao evidenciar que o controle interno tem sido fundamental na análise e mitigação dos riscos socioambientais, principalmente em atividades que envolvem comércio e prestação de serviços, atuando como um filtro institucional, com base na premissa de que os riscos existentes podem ser minimizados e controlados com a utilização consistente dos procedimentos de controle interno.

Destaca-se a positiva percepção dos gestores sobre os benefícios da adoção de controle interno eficiente na gestão de riscos socioambientais. Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas com um quantitativo maior de respondentes, com a possibilidade de estender a amostra a tomadores de crédito e todos os colaboradores internos da instituição financeira.

Referências

Almeida, M. C. (2017). *Auditoria: Abordagem Moderna e Completa* (9a ed.). Grupo Gen-Atlas.



- Andrade, M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico* (10a ed.). Atlas.
- Assaf Neto, A. (2017). *Mercado Financeiro* (13a ed.). Grupo Gen-Atlas.
- Associação Brasileira de Bancos. (2019, 30 de abril). *O que é a Política de Responsabilidade Socioambiental para bancos?* Educação Executiva.
<http://www.abbc.org.br/cursos/artigo.asp?id=2>
- Attie, W. (2011). *Auditoria: Conceitos e aplicações* (6a ed.). Atlas.
- Brasil. (2009). *Protocolo Verde*. Ministério do Meio Ambiente (MMA). protocolo de intenções pela responsabilidade socioambiental que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB.
<https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>.
- Brasil. (2014). *Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014*. Banco Central do Brasil. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.
https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf
- Brasil (2017). *Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017*. Banco Central do Brasil. Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20471202/do1-2017-03-01-resolucao-n-4-557-de-23-de-fevereiro-de-2017-20471020
- Castro, D. P. (2015). *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das áreas do ciclo de gestão*. 6. ed. São Paulo: Grupo Gen-Atlas.
- Carlos, M. G. O., & Moraes, D. O. C. (2017). Responsabilidade social empresarial no setor bancário: análise a partir dos Fatores ESG. In *Anais do XIX ENGENEMA Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente* (1-14).
<http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/518.pdf>
- Castro, D. P. (2011). *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão* (6a ed.). Gen-Atlas.
- Dziubanov, A. O. (2015). *Análise de crédito e risco bancário: crédito bancário como fator dependente do risco socioambiental* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5858>
- Fortuna, E. (2017). *Mercado financeiro: produtos e serviços* (21a ed.). Qualitymark.
- Franklin, D. C. P. D. (2014). *Responsabilidade socioambiental: uma análise a partir dos Relatórios de Sustentabilidade do Banco do Nordeste do Brasil*. [Monografia, Centro de Ensino Superior do Ceará].



- Lima, F. G. (2016). *Análise de riscos*. Grupo Gen-Atlas.
- Nogueira, J. M., Conceição, P. H. Z., & Imbroisi, D. (2015). Crédito bancário, risco ambiental e sustentabilidade empresarial: o caminho percorrido pelas instituições financeiras no Brasil. *Business and Management Review*, 4(8), 734-744.
- Oliveira, L. C. S., & Soares, G. F. (2018). Gestão de riscos operacionais e controles internos: o caso de uma instituição bancária. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(1), 227-249. <https://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/18313>
- Rabelo, M. S., & Lima, P. V. P. S. (2009). A eficiência da inserção da variável ambiental nas instituições financeiras públicas e privadas perante o Protocolo Verde e os Princípios do Equador. *REDE-Revista Eletrônica do Prodema*, 3(1), 8-22. <http://www.revistarede.ufc.br/index.php/rede/article/view/17>.
- Rogante, S. (2009). *Mercado Financeiro Brasileiro*. São Paulo: Atlas.
- Siemionko, A. D. (2010). *A percepção da incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito sob o olhar do público interno do Banco Lisa* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29851>
- Silva, A. G. A. (2018). *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: Uma análise dos impactos na visão de Contadores e Auditores Fiscais na Região Metropolitana de Belém do Pará*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://ppgcc.ufrj.br/images/dissertacao/ano_2018/206---DISSERTAO--ALEXANDRE-GLEYSON-ARAJO-DA-SILVA.pdf
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2000). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. UFSC.
- Silva, L. A. (2017). Auditoria bancária uma necessidade para manutenção de controles internos como evidenciação de riscos. *Revista GeTeC*, 6(13), 104-118. <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/1056>
- Silveira, C. F. (2018). *Do crédito à sustentabilidade: uma análise sobre as práticas de sustentabilidade a partir da concessão de crédito em um sistema de crédito cooperativo do RS* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185034>